

# A RECONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CURRICULARES NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ronan Moura Franco<sup>1</sup>  
Mayra da Silva Cutruneo Ceschini<sup>2</sup>  
Elena Maria Billig Mello<sup>3</sup>

## RESUMO

Na busca por compreender a prática das políticas curriculares na produção dos currículos na atuação e formação de professores de Ciências da Natureza (CN), formados no Curso de Ciências da Natureza, Licenciatura (LCN), na modalidade presencial, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), questiona-se: “De que forma são percebidas e praticadas as políticas curriculares BNCC e BNC-Formação por professores de Ciências da Natureza da Educação Básica (EB) e Superior?”. A pesquisa do tipo Investigação-ação teve como procedimentos a realização de entrevistas com cinco professores do curso de LCN e grupos focais com nove professores formados no respectivo curso que atuam na EB. Os dados textualizados foram apreciados pelo método de Análise Textual Discursiva e os resultados apresentados são um recorte de uma pesquisa de doutorado mais ampla, focalizando apenas na categoria “A recontextualização das políticas na produção dos currículos oficiais” que contém 25 unidades de significado. A abordagem do Ciclo de Políticas fundamentou a investigação e o compreende-se que as políticas são recontextualizadas no contexto da prática de escolas e universidades. A recontextualização das políticas pôde ser percebida nas menções dos professores sobre as adequações dos Projetos Políticos Pedagógicos da EB e Projetos Pedagógicos de Curso. Sendo que na EB os documentos estão sendo atualizados na perspectiva de efetivar as normativas, performando a política curricular, visto que as escolas não possuem a mesma autonomia que o curso de LCN da Unipampa, evidenciando a constituição do Curso enquanto um território de formação de professores.

**Palavras-chave:** Políticas Curriculares, Formação docente, Abordagem do Ciclo de Políticas, BNCC, BNC-Formação.

## INTRODUÇÃO

As políticas educacionais brasileiras recentes refletem disputas políticas e a influência de uma agenda neoliberal global, alinhada a interesses de mercado (Cunha & Lopes, 2017; Freitas, 2018). Tais reformas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprofundam desigualdades e impõem lógicas mercadológicas à educação, desconsiderando demandas sociais e pedagógicas. Nesse cenário, o Estado neoliberal atua como regulador, promovendo eficiência, meritocracia e gestão privada no setor público (Freitas, 2018; Scherer; Cossio, 2021), enquanto marginaliza perspectivas democráticas e críticas (Freire, 2019). O Estado Neoliberal, prioriza o capital, implementando políticas que favorecem a atuação de

<sup>1</sup>Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, [rmouraf Franco@gmail.com](mailto:rmouraf Franco@gmail.com);

<sup>2</sup>Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, [coautor1@email.com](mailto:coautor1@email.com);

<sup>3</sup>Docente do PPG Educação em Ciências da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, [elenamello@unipampa.edu.br](mailto:elenamello@unipampa.edu.br);



empresas e a performatividade das políticas educacionais de cunho gerencialista (Ceschini & Mello, 2022).

Dado o cenário, a formação docente é um campo de disputa, exigindo análises críticas das políticas e práticas educativas (Borges *et al.*, 2011; Cunha, 2008). É urgente repensar o currículo em conexão com contextos sociopolíticos, confrontando consensos impostos (Gonçalves & Mesquita, 2021). Assim, surge a Inovação Pedagógica (IP) como uma proposta como antídoto às normativas neoliberais, baseando-se em práticas coletivas, críticas e emancipatórias (Veiga, 2003; Cardoso, 2014), diferenciando-se das inovações tecnocráticas, priorizando humanização, criatividade e transformação social (Leivas *et al.*, 2022).

O estudo questiona “De que forma são percebidas e praticadas as políticas curriculares BNCC e BNC-Formação por professores de Ciências da Natureza da Educação Básica (EB) e Superior?” e para responder ao questionamento, objetiva-se compreender a prática das políticas curriculares na produção dos currículos na atuação e formação de professores de Ciências da Natureza (CN), formados no Curso de Ciências da Natureza, Licenciatura (LCN), na modalidade presencial, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A pesquisa reforça a necessidade de protagonismo docente na disputa por uma educação pública e transformadora.

## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando compreender as subjetividades e relações sociais envolvidas nas políticas curriculares e práticas docentes (Minayo, 2001). Seu caráter exploratório-descritivo permite analisar documentos, percepções de professores e contextos educacionais, com flexibilidade metodológica e rigor analítico (Gil, 2008). A Investigação-Ação foi escolhida como método central, integrando teoria e prática em ciclos de ação-reflexão (Fonseca, 2012). Essa abordagem: Promove a colaboração entre pesquisador e participantes (professores da Educação Básica e Superior); Gera reflexões críticas para transformar práticas educativas; Articula-se com a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), analisando contextos de influência, produção textual e prática (Ball; Bowe, 1992; Mainardes, 2006). Foram utilizadas múltiplas estratégias para triangulação dos dados: Análise Documental: Exame de normativas e projetos pedagógicos, em que a centralidade da investigação foi a realização de Grupos Focais com 9 professores de Ciências da Natureza (rede municipal de Uruguaiana/RS), organizados em rodas de conversa virtuais, seguindo os Três Momentos Pedagógicos de problematização, organização e aplicação do conhecimento (Delizoicov; Angoti, Pernambuco, 2011). Também foram realizadas Entrevistas



Semiestruturadas com 5 docentes do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (Unipampa/Uruguiana), incluindo coordenadores e professores de áreas específicas (Biologia, Química, Física) e componentes curriculares pedagógicas. O dados produzidos foram gravados e transcritos com apoio de Inteligência Artificial (Good Tape).

Os dados foram apreciados por procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiazzi, 2007) para investigar como as políticas curriculares são interpretadas e praticadas por professores de Ciências da Natureza na Educação Básica e na formação docente. A ATD é empregada como método sistemático de análise, síntese e interpretação de dados textuais, visando uma compreensão complexa dos fenômenos educacionais. A ATD foi organizada a partir das seguintes etapas: a) Organização e leitura atenta: Seleção e sistematização dos dados (documentos normativos, artigos, transcrições de grupos focais e entrevistas) Eliminação de registros não alinhados aos objetivos da pesquisa; b) Desconstrução dos registros: Identificação de excertos (unidades de significado) que respondem à pergunta fenomenológica: "O que se mostra sobre a abordagem das políticas curriculares e a prática na área de Ciências da Natureza na Educação Básica e na Formação de Professores?"; c) Unitarização e Codificação: Fragmentação dos excertos em unidades numeradas, preservando seus sentidos originais; d) Categorização: Agrupamento das unidades por similaridade de conteúdo, evoluindo de categorias iniciais (mais amplas) para intermediárias e finais (mais específicas); e) Produção de Metatexto: Elaboração de textos analíticos que articulam as categorias com a teoria, culminando na estruturação da do argumento final. Abaixo é evidenciado o quadro com tendo o processo inicial e final de categorização.

**Quadro 1:** Processo de Categorização.

Categorias iniciais	US	Categorias Finais	US
Recontextualização dos Projetos Pedagógicos do Curso e Projetos Políticos Pedagógicos	12	A recontextualização das políticas na produção dos currículos oficiais	25
Curricularização da Extensão e das Práticas Pedagógicas enquanto Componente Curriculares	13		

**Fonte:** Os autores.

Os códigos atribuídos aos participantes identificam o sujeito e a unidade de significado (US) produzida pelo sujeito, em que os/as professores da Educação Básica são identificados pela sigla DEB, seguidos do número no qual foi ordenado de forma aleatória e a US correspondente, por exemplo, DEB.6.11 representa o sujeito seis e sua décima primeira US. Assim como os docentes do Curso de Ciências da Natureza que foram identificados pela sigla DCN, seguindo a mesma lógica de numeração.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Como embasamento que conduziu o processo investigativos, foi adotada a fundamentação a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) que compreende a política educacional tanto como texto (documentos formais, influenciados por disputas de poder), quanto como discurso (práticas de significação que delimitam o que pode ser dito ou pensado). Ambos os conceitos são complementares e refletem a complexidade das políticas, marcadas por negociações, contradições e a seleção de vozes a serem legitimadas (Mainardes, 2006; Ball, 2002). Assim, a política como texto corresponde aos documentos oficiais são produtos de disputas, onde apenas certas agendas são reconhecidas. Embora pareçam objetivos, carregam contradições e são reinterpretados na prática (Mainardes, 2006). A política como discurso, possibilita a definição dos limites do que é aceitável, legitimando algumas vozes e marginalizando outras. Eles influenciam diretamente a implementação das políticas, privilegiando certos grupos (Sousa, 2019).

A ACP Integra três contextos interligados, o Contexto de influência: Espaço de disputa entre grupos (governo, organismos internacionais como OCDE e UNESCO, mídia) para definir os termos da política. Contexto de produção do texto: Momento em que a política se materializa em documentos, ainda que ambíguos e contraditórios. Contexto da prática: Fase de reinterpretação e ressignificação pelos atores educacionais (professores, escolas e universidades), que podem subverter ou adaptar a política original (Mainardes, 2006). A ACP revela que as políticas educacionais não são lineares, mas processos dinâmicos, marcados por disputas de poder e contradições. O Estado e organismos internacionais exercem influência, mas a prática cotidiana dos educadores pode transformar os sentidos originais dos textos. A análise desses contextos permite entender como políticas como a BNCC e a Base Nacional Comum para a formação de professores (BNC-Formação) são construídas, contestadas e reinventadas.

## A RECONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NA PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS OFICIAIS

Ao constituir esta categoria, foram aglutinadas unidades de significado que expressam as formas com que as políticas curriculares têm influenciado na reformulação dos currículos oficiais das escolas e do curso de Ciências da Natureza, respectivamente Projeto Político Pedagógico (PPP) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Destacando o curso de Ciências da Natureza, são ilustradas as manifestações que evidenciam a curricularização da Extensão e as



Práticas Pedagógicas como CC. São 25 (vinte e cinco) unidades de significado, que possibilitam realizar debate acerca da elaboração dos documentos que representam parte do currículo institucionalizado e que servirão como referência para práticas de ensino-aprendizagem de Ciências da Natureza na Educação Básica e na formação de professores(as).

Para iniciar a discussão nesse ponto da pesquisa, remete-se às falas dos(as) docentes do Curso de Ciências da Natureza que expressam as modificações do PPC do curso de Ciências da Natureza, a partir das políticas BNCC e BNC-Formação (Brasil, 2018; 2019). As alterações que conduziram a construção do novo currículo formal do Curso foram realizadas ao longo dos últimos anos, sendo que não somente pretendiam atender às normativas vigentes, mas adequar o seu currículo às exigências que emergiram do contexto, conforme eram percebidas necessidades de readequação de componentes curriculares. O docente DCN1 expressa justamente o processo de adequação do PPC do Curso e a influência da políticas curriculares, como apresento a seguir:

*Eu vou te contar como aconteceu o processo do PPC novo, né? Pra gente formalizar e finalizar esse PPC novo, foi, sim, gente, incansáveis reuniões, inúmeras reuniões, que a gente tinha como base, assim, o texto da BNC Formação. A BNCC também articulando e percebendo, especialmente na formação das emendas. Os professores tinham essa... Essa...Esse referencial da BNCC, digamos assim, pra formalizar as emendas, pra que aquilo não ficasse... tão desvinculado da realidade ou tendo conteúdos, assim, tão fora que antes não iam precisar mais, ou alguma coisa que é importante que estaria faltando, por exemplo, a física moderna e contemporânea agora. Então, já existiu, mas ela está mais consolidada. DCN1.10*

Ao me olhar para a unidade de significado, compreende-se que o colegiado do Curso precisou se adequar à legislação que provocou as principais mudanças nos cursos de Licenciatura, que são as DCN 2019, que apresentam a BNC-Formação (Brasil, 2019), decorrentes do alinhamento e regulação promovidos pela e desde a BNCC (Brasil, 2018). Em uma análise preliminar do PPC atualizado do Curso (Unipampa, 2023), constata-se que o documento exhibe adequações à legislação (Brasil, 2019), moldando-se com autonomia em relação à carga horária, adequando suas componentes curriculares a partir das dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, especialmente no que compõe as práticas pedagógicas e os estágios supervisionados, em um ato de recontextualização da política.

A unidade de significado, a seguir, ressalta que as diretrizes de formação de professores(as) são consideradas no processo de elaboração do currículo do Curso, mas que esse processo demorou para ser finalizado. Nas palavras da professora DCN4:



*A gente sempre olhou as normativas, né? Por exemplo, a 2002, aquela de 2015, pra de 2019, nas reuniões a gente olhava isso. Mas a gente... Eu não lembro da gente ter feito uma discussão, assim, aprofundada, sabe? Eu não lembro, sinceramente. Porque, na verdade, assim, a gente ficou anos mexendo nessa matriz. Então, a gente se dedicou bastante, mas assim, até pode parecer contraditório eu te dizer isso. DCN4.14*

A supracitada docente enfatiza que as diretrizes de formação de professores(as) são consideradas na edição da matriz curricular, porém menciona que o coletivo de professores(as) do Curso passou anos editando a mesma. Processo que foi finalizado pela pressão exercida pelas DCN de 2019 e, conforme mencionado nas categorias que abarcam as avaliações em larga escala, o currículo do Curso foi considerado para avaliação dos cursos de graduação das IES, realizado pela SERES. No entanto, a atualização do currículo formal do Curso é um forte indicador de que esse passou por reflexões, o que permite a adequação de demandas contextuais, além de contribuir para a instituição de processos de inovação pedagógica (Biavaschi; Mello, 2022).

Outra modificação provocada pelas diretrizes e que o curso de Ciências da Natureza precisou se adequar foi a curricularização da Extensão, institucionalizando as horas dessa dimensão educativa na formação dos docentes(as), convocando professores(as) a estabelecerem projetos com uma aproximação maior entre a universidade e a comunidade. Assim, as unidades de significado dos(as) docentes DCN1 e DCN4 do curso de Ciências da Natureza revelam que os(as) participantes consideraram importante que a extensão passe a ser curricularizada, conforme podemos ver abaixo:

*Então eu vejo assim, quando você fala de avanços, por exemplo, claro que é por força de normas, mas, por exemplo, a extensão curricular. Eu acho que é imprescindível a gente ter extensão. Ah, mas é uma carga horária alta. Olha, se a gente quer, na verdade, ter uma universidade voltada para a comunidade onde ela está inserida, eu acho que a extensão precisa ter uma carga horária razoável. DCN2.15*

*Agora, a gente tá tendo a curricularização da extensão. Então, a gente conseguiu, interpelar mais alunos com projetos de extensão, pra eles trabalharem na equipe, já atuarem desde o processo de participar dessa execução, da elaboração de um projeto até a implementação de um projeto. DCN4.20*

A curricularização da Extensão é instituída a partir da meta 12.7 do PNE (Brasil, 2014), sendo que as universidades devem passar a adequar seus currículos, garantindo a oferta de 10% do total de créditos dos cursos de graduação para projetos e ações de extensão, atuando em áreas de grande pertinência social. A regulamentação da curricularização da Extensão é pela Resolução do CNE nº 07/2018 (Brasil, 2018), que apresenta as Diretrizes



Nacionais para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A curricularização da extensão pode promover o fortalecimento da interlocução do Curso de Ciências da Natureza com as comunidades escolares, inserindo acadêmicos e pós-graduandos para além dos estágios, pesquisas e dos projetos institucionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Outra modificação no PPC do curso de Ciências da Natureza que foi mencionada é a presença das Componentes Curriculares (CC) de Práticas Pedagógicas em articulação com os CC específicos de Química, Física e Biologia, além de uma CC de caráter pedagógico da formação de professores(as). A docente DCN1 menciona que:

*Do PPC novo, então, a gente tem as práticas pedagógicas articuladas a componentes curriculares específicos já. Elas não são isoladas, elas são independentes no PPC antigo, mas articuladas com componentes. Agora, as práticas pedagógicas no PPC novo fazem parte do componente. DCN1.4*

A presença das Práticas Pedagógicas enquanto CC articulados às CC específicas é um ponto de Inovação Pedagógica do Curso de Ciências da Natureza, pois promove a interlocução de saberes instituídos na partilha de conhecimentos construídos de forma coletiva, construindo um espaço de vivência e prática da interdisciplinaridade enquanto princípio estruturante da formação que o Curso objetiva. Nesse sentido, as Práticas Pedagógicas como CC podem ser uma expressão da articulação dos saberes conceituais com aqueles esperados que um futuro(a) professor(a) desenvolve, sendo ainda uma oportunidade potencial de serem praticadas as políticas educacionais na relação com os conhecimentos específicos.

A professora DCN3 menciona que ocorreram encontros para que a BNC-Formação pudesse ser discutida e o PPC adequado de acordo com as necessidades do colegiado. A professora menciona que:

*Da BNC formação, a gente teve, no primeiro semestre, alguns encontros em que a gente tinha que apontar como se relacionava o nosso curso na BNC, mas foi um ou dois, acho que um eu nem consegui comparecer, então eu considero poucas. Poucas ações dentro do que deveria. Não deu para apresentar o que é a política, como que poderia... Cada um meio que... Assim... Como que podia encaixar aqui na sua componente. DCN3.6*

Apesar da docente mencionar que os encontros foram poucos e as discussões aconteceram de forma restrita e aquém da dimensão das alterações, o que fica evidenciado é que o PPC do Curso encontrou formas de recontextualizar a política, inserindo aspectos que consideravam pertinentes para a qualificação da formação, mantendo a identidade do Curso.



Ceschini destaca que os documentos curriculares formais das escolas e universidades, respectivamente o PPP e PPC são “[...] instrumentos de recontextualização importantes para a proposição de práticas educativas, que vão além da construção de habilidades e competências e se preocupam com a dimensão social da educação” (Ceschini, 2023, p. 232). Apesar de considerar o movimento realizado no Curso como um processo de recontextualização, alguns pontos foram adequados para além dos aspectos das horas totais, horas de estágio supervisionado, prática como componente curricular e curricularização da extensão, são encontrados no corpo do documento, CC com competências e habilidades, bem como um alinhamento acerca da utilização das tecnologias como o desenvolvimento de competências digitais. Aspecto que, de certa forma, evidencia o alinhamento parcial à pedagogia das competências em uma perspectiva de performatividade da política.

Como mencionado por Ceschini (2023), além do PPC, os PPP das escolas de Educação Básica também são instrumentos de recontextualização das políticas e, conforme indicado pelos(as) professores(as) de Ciências da Natureza da Educação Básica, os mesmos estão passando por alterações para adequação à BNCC (Brasil, 2018), porém sem a devida autonomia e força institucional que as universidades possuem.

A docente DEB3 menciona que o PPP da sua escola está em processo de avaliação e que passou por uma atualização, como visualizo na seguinte unidade de significado:

*Na minha escola também estão revendo o PPP, e foi pra avaliação, só que, o PPP, ele é pra ser uma construção coletiva, mas, no fim, alguns puxam só pra preencher aquele documento e enviar, e eu, sinceramente, não vi, não vejo perspectiva que tenha. DEB 3.4*

Segundo as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2013), o PPP é um documento que parte da realidade escolar, assim como Veiga (1998) que afirma que esse documento deve ser produto da realidade, exigindo uma profunda reflexão sobre as finalidades da escola e o seu papel na formação e constituição dos sujeitos do processo educativo. No entanto, se considerar as evidências trazidas pela docente, o processo não transpareceu ser realizado de forma democrática, o que implica em questionar como as políticas curriculares, como a BNCC, estão sendo inseridas num documento que caracteriza e respalda as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. O movimento de adequação dos PPP das escolas tem acontecido de forma desigual e, a partir das falas dos(as) docentes nos encontros do Grupo Focal, muitos não vivenciaram esse processo.



O professor DEB8 afirma que o PPP da escola em que atua está sendo alterado na perspectiva de se adequar à base e, conforme sua fala, o processo é na intenção de se alinhar ao que é imposto pela normativa:

*É, lá na escola, o PPP também, ele tá sendo bastante já, a gente tá discutindo, assim, um pouquinho ele, porque a gente vai rever muita coisa, e a base, na verdade, ela não é citada diretamente, ela é bem pouco citada, e de maneira bem indireta, assim, até porque, acho que é justamente por causa disso que estão revisitando, porque estão vendo que não consta muito ali, né, não é previsto muita coisa em relação à base lá no nosso PPP. DEB 8.8*

O movimento de adequação dos PPP das escolas carece de ser melhor investigado em processos específicos de pesquisa com essa intencionalidade, assim como o alinhamento dos PPC dos cursos de formação de professores(as). No entanto, aproveita-se para reafirmar que as escolas não possuem a autonomia das universidades, sendo dependentes diretamente das suas mantenedoras, o que promove um alinhamento e uma regulação que faz com que as políticas sejam implementadas e os(as) professores(as) passem a performar a política.

Para resistir às investidas neoliberais presentes nas atuais políticas curriculares, aponto para a realização de práticas pedagógicas inovadoras que se estabeleçam na coletividade da comunidade escolar, garantindo a realização de processos educativos transformadores, emancipatórios e humanizantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recontextualização das políticas pôde ser percebida através das menções dos(as) professores(as) sobre as adequações dos PPP e PPC, sendo que na Educação Básica os documentos estão sendo atualizados na perspectiva de efetivar as normativas, performando a política curricular, visto que as escolas não possuem a mesma autonomia que o curso de Ciências da Natureza – Licenciatura da Unipampa, campus Uruguaiana/RS, em mais uma evidência da constituição do Curso enquanto um território de formação de professores(as). Para transgredir insurgentemente às políticas curriculares neoliberais, aposto na institucionalização da Inovação Pedagógica enquanto princípio curricular estabelecido na coletividade e que garanta uma formação acadêmico-profissional humanizada e transformadora.

## AGRADECIMENTOS



Agradecimento aos(às) professores(as) de Ciências da Natureza da rede municipal de Uruguaiana/RS e do Curso de Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, campus Uruguaiana/RS.

## REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the implementation of National Curriculum Policy: an overview of the issues. *Curriculum Studies*, v.24, n.2, p.97-115, 1992.

BALL, S. J. Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. **Páginas de la Escuela de Ciencias de la Educación**, Córdoba, v. 2, n. 2, p. 19-33, sett. 2002.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 42, p. 94–112, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei No 13005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno **Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019b.

CARDOSO, A. P. O. Conceito de Inovação e Seus Principais Atributos. In: **Inovar com a Investigação-Ação: Desafios para a Formação de Professores**. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 15-21.

CESCHINI, M. da S. C. **Formação e atuação acadêmico-profissional: proposições insurgentes à BNCC e à BNC-Formação inicial**. 427 p. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2024.



CESCHINI, M. S. C.; MELLO, E. M. B. Teorias sociológicas de Ball e Bernstein: vias analíticas para compreensão de textos e contextos das políticas curriculares. **Revista Espaço do Currículo**, v.15, n.2, p.1–23, 2022.

CUNHA, M. I. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 3, p. 182-186, 2008.

CUNHA, E. V. da; LOPES, A. C. Base Nacional Comum Curricular: regularidade na dispersão. **Investigación Cualitativa**, v. 2, p. 23-35, 2017.

DELIZOICOV, D.; ANGOTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortês, 2011.

FONSECA, K. H. O da. Investigação – ação: uma metodologia para prática e reflexão docente. **Revista Onis Ciência**, Braga, v.1, Ano 1, n. 2, set/dez, 2012.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, L. P da. S.; MESQUITA, N. A da. S. O currículo para o Ensino Médio em Goiás na perspectiva do Ciclo de Políticas: o lugar da Química. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 38, n. 3, p. 1700-1729, dez. 2021.

LEIVAS, L. da S.; NOAL, G. R.; CESCHINI, M. da S. C. Inovação Pedagógica é? Concepções e significações (re)construídas no território formativo do GRUPI. In: MELLO, E. M. B.; SALOMÃO DE FREITAS, D. P. (Org.). **Inovação Pedagógica: investigações teórico-práticas no contexto educacional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

MELLO, E. M. B.; BIAVASCHI, A. S. Inovação pedagógica e currículo nos projetos político-pedagógicos em cursos de formação de professores/as. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 14, n. 29, p. 119-132, 2022.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora da Unijuí. 2007.

SCHERER, S.; CÓSSIO, M. de F. Políticas Educacionais: efeitos da performatividade na docência escolar. In: XIII ANPED SUL, 2020, Blumenau. **Anais..**, 2020. p. 1-7.

SOUSA, M. de. Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1–22, 2019.





UNIPAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso Ciências da Natureza-Licenciatura.** 2023.

VEIGA, I. P. de A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, n. 61, p. 267-281, Campinas: dezembro, 2003.

